

Departamento de Pedagogia e Educação
Mestrado em Educação Variante Administração Escolar
2008/2010

Investigação e Desenvolvimento de Projectos em Educação
1º Semestre

Pré-Projecto de Mestrado

**Arqueologia das aprendizagens de âmbito profissional
no Concelho do Alandroal**

Docente: Prof. Doutora Marília Cid

Mestranda: Carla Barreiros

Orientador: Prof. Doutor José Bravo Nico

Índice

1. Nota introdutória	2
2. Resumo	3
3. Questão de Partida/Objectivos.....	4
4. Breve Revisão de Literatura.....	5
5. Metodologia.....	9
5.1. Síntese da Investigação	9
5.2. Plano de recolha e análise de dados	10
6. Calendarização	11
6.1. Fases do Estudo	11
6.2. Cronograma	12
7. Bibliografia de partida	13

1. Nota introdutória

O presente trabalho foi realizado no âmbito da disciplina de Investigação e Desenvolvimento de Projectos em Educação, do curso de mestrado em Educação – Variante de Administração Escolar, na Universidade de Évora, sob a docência da professora Doutora Marília Cid.

Pretende-se com este trabalho apresentar um projecto de investigação a realizar numa dissertação de mestrado, que centrar-se-á no domínio específico das aprendizagens de carácter profissional realizadas no concelho do Alandroal (Évora) entre 1997 e 2007.

2. Resumo

O projecto de investigação “Arqueologia’ das Aprendizagens no Concelho do Alandroal” (PTDC/CED/81388/2006), promovido pelo Centro de investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora, pretende apurar que aprendizagens estiveram disponíveis neste concelho entre 1997 e 2007, bem como determinar o que foi aprendido em contextos formais e não-formais.

É também objectivo desta investigação descobrir o que mudou na vidas das pessoas e da comunidade, ou seja verificar qual o impacto das aprendizagens e dos investimentos realizados num território que apresenta uma das mais elevadas taxas de analfabetismo e uma baixa taxa de qualificação.

Nas palavras do investigador principal, Doutor José Bravo Nico este projecto "É um exercício de reconstrução do que aconteceu em termos de educação, numa década. É uma viagem ao passado para compreender o que esteve disponível para as pessoas aprenderem".

Este projecto tem a duração de três anos (2008/10), é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e conta como entidades participantes o Diário do Sul, a Direcção Regional de Educação do Alentejo e a Suão – Associação para o Desenvolvimento Comunitário.

Com este estudo pretende-se contribuir para a determinação do perfil de aprendizagens de uma determinada população, partindo da identificação e caracterização do conjunto de aprendizagens concretizadas por indivíduos adultos residentes num determinado território (município), nos últimos dez anos. Pretende-se avaliar da importância relativa que os contextos formais e não-formais de aprendizagem assumem nos conjuntos individual e comunitário de aprendizagens.

No âmbito deste projecto de investigação surgem várias dimensões, correspondendo uma delas à dimensão das aprendizagens de âmbito profissional realizadas neste território, sobre a qual este estudo incidirá, esperando contribuir para o projecto da “Arqueologia” das Aprendizagens no Concelho do Alandroal.

Nos últimos anos reconheceu-se a importância do ensino profissional e da necessidade de desenvolver uma política de qualificação da população portuguesa, é muito importante analisar o passado para poder agir com eficácia no futuro.

3. Questão de Partida/Objectivos

Objectivos

Os objectivos deste projecto de investigação, enquadram-se nos objectivos do projecto “Arqueologia” das Aprendizagens no concelho do Alandroal, restringido o estudo às aprendizagens de âmbito profissional.

Os objectivos estabelecidos são:

- 1 – Identificar as aprendizagens de âmbito profissional concretizadas pela população do Alandroal, no período 1997-2007;
- 2 – Caracterizar as aprendizagens de âmbito profissional concretizadas pela população do Alandroal, no período 1997-2007;
- 3 – Avaliar das consequências a nível pessoal e profissional das aprendizagens de âmbito profissional identificadas.

Questão de Partida

Que aprendizagens de âmbito profissional foram concretizadas pela população do Alandroal, no período 1997-2007 e respectivas consequências a nível das trajectórias pessoais e profissionais?

4. Breve Revisão de Literatura

Perspectiva histórica sobre o ensino profissional em Portugal

José Eduardo Cardim (2005), na sua obra “Do Ensino industrial à Formação Profissional” faz uma análise detalhada ao percurso do ensino profissional em Portugal, olhando exaustivamente para as iniciativas, problemas e soluções encontradas desde a época dos descobrimentos. Em seguida são expostos alguns dados históricos, que suscitam interesse para uma interpretação da situação actual deste tipo de ensino.

No passado, a aprendizagem de um ofício ocorria com a passagem dos conhecimentos do mestre para os aprendizes, tratando-se muitas vezes de familiares que transmitiam às novas gerações os conhecimentos que já lhes haviam sido transmitidos. Não era na escola que se aprendia uma profissão, mas na oficina junto do mestre.

Segundo Cardim, quase todas as iniciativas de ensino de técnico, anteriores ao século XIX, têm um carácter e objectivo limitado. Seguindo a tendência europeia, Portugal, entre 1834 e 1852, registou-se uma preocupação em implementar o ensino profissional e foram criadas as primeiras escolas industriais portuguesas, com sede em Lisboa e no Porto. Refere ainda que cerca de vinte anos após a sua fundação com sucesso, o ensino industrial português reflectia problemas sérios de concepção e estrutura.

Entre 1911 e 1926 assiste-se à emergência do ensino técnico elementar, industrial e comercial. Com a república, o sistema foi ampliado, partindo-se de 4.700 alunos em 1910 para cerca de 13.000 alunos em 1925/26. Verificou-se uma maior adesão a este tipo de curso, no entanto o número de diplomados mantém-se extraordinariamente baixo, existindo a um elevadíssimo abandono escolar.

De acordo com Cardim, a ditadura militar (1926 a 1974), constitui um período de transição. No plano da educação não foram inicialmente realizadas grandes alterações, pois não foi considerado prioritário, quando comparado com as questões económicas e financeiras do país. Em 1930, retomam-se algumas ideias do passado, considerando-se que “o objectivo último deste tipo de ensino é o revigoração das industriais viáveis, para o que é forçosa a formação do operário capaz”.

As escolas passam a denominar-se escolas técnicas profissionais, acentuando o seu carácter profissionalizante. O novo estatuto do ensino secundário (1931), limita ao liceu o “carácter secundário”, excluindo o ensino técnico profissional.

Verificou-se uma maior procura deste tipo ensino por parte das novas camadas sociais (pequena burguesia urbana), no entanto continuou-se a verificar um levado abandono escolar e poucos alunos desenvolviam actividades profissionais relacionadas com os cursos frequentados. Estes cursos foram alvo de um estudo nos anos quarenta, tendo sido em publicado em 1948 o Estatuto do Ensino Profissional, Industrial e Comercial com as vertentes profissional, técnico médio e agrícola. Foi criado o denominado ciclo preparatório, propedêutico para os cursos de formação.

Em 1956, o ministro Henrique Veiga de Macedo afirmou que as necessidades de formação do país não eram resolúveis pela simples multiplicação das escolas técnicas, sendo necessário ir mais além, transformando “cada oficina, cada fábrica e cada escritório em centro de aprendizagem”.

Já em 1962 é criado o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, e a formação de adultos adquire maior prioridade. O FDMO visava a criação e promoção dos centros de formação profissional, foram necessários dez anos para instalar uma rede de 14 centros (1965 a 1974), frequentados por uma média de 800 formandos por ano.

Em Janeiro de 1970, Veiga Simão assume a direcção da educação, dando lugar a uma profunda reforma do ensino em Portugal, que passava pela unificação dos ensinos liceal e técnico, traduzindo a tendência europeia de criar uma escola secundária que garantisse a igualdade de oportunidades a todos os alunos, independentemente da sua condição socioeconómica.

Como refere Cardim, em 25 de Abril de 1974, o Estado Novo foi derrubado, emergindo todas as fracturas sociais, ideológicas e políticas, até então contidas. O novo regime democrático e a conjectura no mercado de trabalho condicionaram grandemente, numa fase inicial, as reformas no ensino. Não obstante, verificaram-se esforços para a reimplantação do ensino profissional, sendo de realçar a iniciativa do ministro José Augusto Seabra, com a criação, em 1983, dos cursos técnico-profissionais e cursos profissionais, que tinham uma clara orientação formativa. Cardim afirma que estes cursos sofreram diversas resistências, nomeadamente da própria estrutura educativa e da cultura

docente. Verificou-se uma fraca adesão aos cursos profissionais, tendo sido considerado que apenas os cursos técnico-profissionais teriam possibilidade de desenvolvimento.

Em 1986 é aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo, que define a escolaridade obrigatória de 9 anos e a permanência na escola até aos 15 anos. A LBSE deixa em aberto várias questões relacionadas com o ensino profissional.

A partir de 1989, passam a existir as escolas profissionais, onde são leccionados cursos profissionais, em cooperação com entidades externas.

Em 1992 os cursos técnico-profissionais começam a ser convertidos em cursos tecnológicos, leccionados nas escolas secundárias.

Os cursos profissionais e os cursos tecnológicos conferem o diploma do ensino secundário e uma qualificação profissional, não impedindo o acesso ao ensino superior.

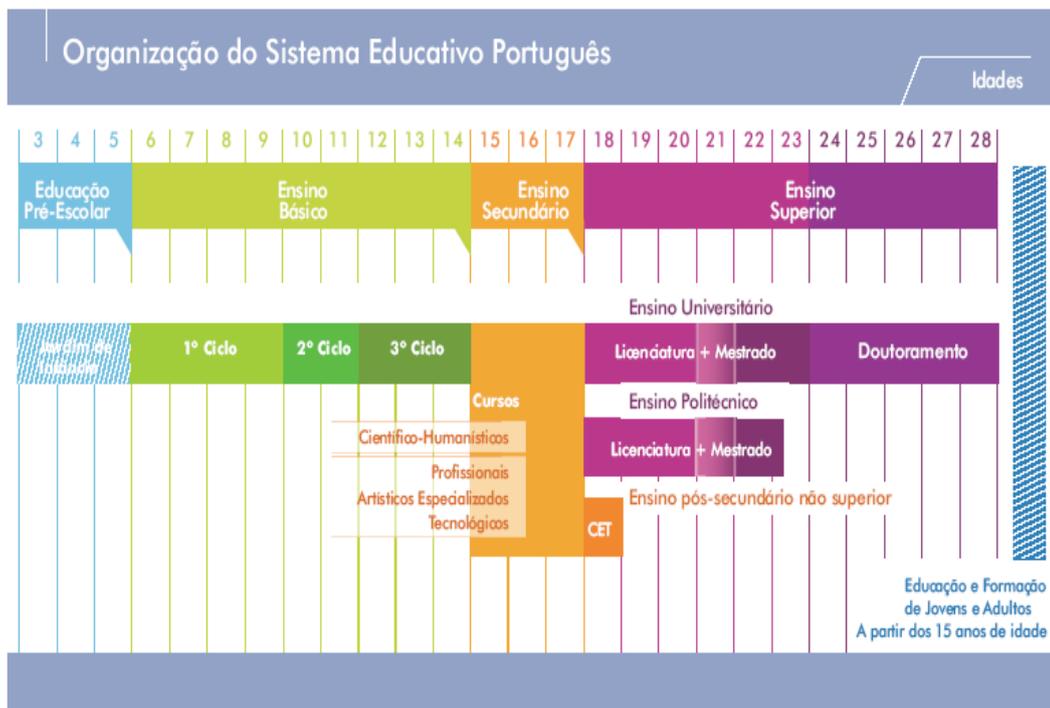
Em 1979 foi criado o Instituto de Emprego e Formação Profissional, mas é em 1985 que este assume maior autonomia e uma nova dinâmica. Com a entrada de Portugal para a CEE e através do Fundo Social Europeu foram desenvolvidos diversos programas de formação profissional, entre 1987 e 1997, dirigidos para várias áreas e formandos.

O Sistema Educativo Português

O sistema educativo português está actualmente organizado da seguinte forma: a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário, após a sua conclusão os jovens podem optar pelo ensino superior ou pelo ensino pós secundário não superior.

Paralelamente temos a educação de jovens e adultos, a partir dos 15 anos de idade, que visam a formação e qualificação de todos aqueles que por algum motivo não concluíram os estudos e que podem assim obter uma certificação equivalente ao ensino regular.

O quadro resumo apresentado, permite obter uma imagem clara da organização do sistema educativo português.



Quadro 1 – Organização do Sistema Educativo Português

(www.gepe.min-edu.pt, consultado em 1 Set 09)

Ao nível do **ensino secundário** existem quatro tipos de cursos distintos e todos possibilitam o acesso ao ensino superior e ao ensino pós secundário não superior:

- Cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior;
- Cursos tecnológicos, vocacionados para a entrada no mercado de trabalho;
- Cursos artísticos especializados, associados à formação artística especializada na área de artes visuais, audiovisuais, dança e música;
- Cursos profissionais, vocacionados para a entrada no mercado de trabalho (considerando os objectivos deste trabalho este tipo de curso será analisado com maior detalhe).

O **ensino pós-secundário não superior** é oferecido através dos cursos de especialização tecnológica que confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4, podendo dar acesso a um certificado de aptidão profissional.

Estes cursos visam a entrada no mercado de trabalho de especialistas e as suas competências poderão ser reconhecidas e creditadas caso o aluno se decida pelo ensino superior.

A **educação e formação de jovens e adultos** representa uma óptima oportunidade para jovens/adultos que estão em risco de abandonar a escola ou abandonaram sem concluir a sua formação, bem como aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola quando jovens.

As modalidades disponíveis neste tipo de ensino são:

- Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, por via formal, informal e não-formal, disponíveis nos Centros Novas Oportunidades;
- Cursos de Educação e Formação
- Cursos de Educação e Formação de Adultos
- Acções de curta duração s@ber +
- Ensino recorrente do ensino básico e ensino secundário
- Sistema Nacional de Aprendizagem, da responsabilidade do IEFP

5. Metodologia

5.1. Síntese da Investigação

Como antes se referiu, a presente investigação pretende trazer mais uma dimensão ao projecto “Arqueologia’ das aprendizagens no concelho do Alandroal”, caracterizando as aprendizagens de âmbito profissional dos habitantes deste concelho.

Numa primeira fase será realizada uma contextualização histórica do ensino profissional em Portugal, que permitirá interpretar como é que esta vertente de ensino evoluiu ao longo do tempo, analisando a sua expressão nos períodos mais marcantes. Será dada especial atenção ao período em estudo nesta investigação (1997 a 2007), nomeadamente no que se refere ao enquadramento legal e à oferta formativa.

A segunda fase desta investigação visa a caracterização do concelho do Alandroal, nomeadamente ao nível das entidades que proporcionaram formação de âmbito profissional nesta região no período temporal considerado neste estudo.

Posteriormente pretende-se inquirir os habitantes deste concelho para recolher dados sobre a frequência ou não em acções de formação de âmbito profissional, e determinar as consequências na sua vida pessoal, académica e profissional, atingindo deste modo o objectivo fulcral deste estudo.

Por último, serão apresentadas as conclusões finais do estudo realizado e algumas alusões a possíveis investigações futuras.

5.2. Plano de recolha e análise de dados

Definir uma metodologia para um projecto de investigação representa o desafio de encontrar a solução óptima para alcançar os objectivos estabelecidos, considerando os recursos humanos, materiais e temporais disponíveis.

Este projecto visa conhecer a realidade do concelho do Alandroal relativamente ao ensino de carácter profissional no período entre 1997 e 2007, podendo desta forma contribuir para a construção de um plano formativo adequado para as necessidades efectivas da região. Assim, é essencial realizar o levantamento das diversas entidades que promoveram aprendizagens de âmbito profissional no período em estudo, do tipo e adequabilidade destas.

A recolha destes dados terá que se realizar através de contactos pessoais com as entidades promotoras, através de um inquérito (questionário/entrevista) criado para o efeito.

Posteriormente, pretende-se questionar a população de todas as freguesias do concelho de Alandroal para recolher dados diversos, que permitam determinar se frequentaram ou não ensino profissional, onde é que frequentaram, se lhes foi útil na sua vida, etc.

Prevê-se a utilização de um questionário como instrumento de recolha de dados, pois pretende-se obter o testemunho de um número significativo de pessoas do concelho, estando estes grupos organizados por freguesia.

De acordo com a orientação metodológica que irá servir de suporte a este projecto de investigação, o estudo de caso terá ênfase na dimensão qualitativa. A interpretação dos dados recolhidos implicará o recurso a técnicas de análise estatística adequadas, prevendo-se a utilização de software especializado (SPSS) para auxiliar nesta tarefa.

Os instrumentos de recolha de dados construídos, serão sujeitos à consideração de um painel de especialista nesta área da investigação educacional, cuja apreciação crítica permitirá refinar os instrumentos. Entende-se a necessidade de realizar um teste-piloto com o objectivo de assegurar a eficácia e a fiabilidade dos instrumentos.

6. Calendarização

6.1. Fases do Estudo

Fase 1 – Caracterização do ensino profissional em Portugal

- Revisão de literatura
- Análise e reflexão da informação recolhida
 - A evolução histórica do ensino profissional em Portugal

Fase 2 - Conhecer o concelho do Alandroal

- Revisão de literatura relevante
- Caracterização do concelho do Alandroal (território e população)
- Identificação das várias entidades que oferecem formação de âmbito profissional no concelho do Alandroal, bem como a oferta formativa disponível entre 1997 e 2007
- Análise e reflexão sobre a informação recolhida

Fase 3 – Estudo da problemática

- Fundamentação e clarificação da metodologia de investigação
- Elaboração, validação e aplicação dos instrumentos de recolha de dados
 - Pretende-se recolher informação sobre os habitantes do concelho que frequentaram formação de âmbito profissional no período referido (quem frequentou, quando, onde, durante quanto tempo e quais as consequências dessa formação ao nível pessoal, profissional, académico)
- Análise e reflexão sobre a informação recolhida

Fase 4 – Conclusões finais

6.2. Cronograma

Em seguida apresenta-se o cronograma para este projecto de investigação:

Fases do Estudo	2009				2010							
	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.
Fase 1 – Caracterização do ensino profissional em Portugal												
Fase 2 - Conhecer o concelho do Alandroal												
Fase 3 – Estudo da problemática												
Fase 4 – Conclusões finais												

7. Bibliografia de partida

ANTUNES, Fátima (2005), “Globalização e europeização das políticas educativas: percursos, processos e metamorfoses” – *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, n.º 47.

ANTUNES, Fátima (2004), *Novas instituições e processos educativos: O subsistema de escolas profissionais em Portugal*, Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia.

CANÁRIO, Rui (2005), *O que é a Escola? Um “olhar” sociológico*, Coleção Ciências da Educação, Lisboa, Porto Editora.

CARDIM, José Eduardo de Vasconcelos Casqueira (2005), “Do ensino industrial à formação profissional – As políticas públicas de qualificação em Portugal, Volume I e II”, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

COSTA, Jorge Adelino, 1996, *Imagens Organizacionais da Escola*, Porto, Edições Asa.

LIMA, Licínio C., 1991, *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar: Um estudo da Escola Secundária em Portugal*, Braga, IEP - Universidade do Minho.

MARQUES, Maria Margarida Ferreira (1992), *A decisão política em educação. Partenariado sócio educativo como modelo decisional. O caso das escolas profissionais*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Ministério da Educação (2007), *“Educação e Formação em Portugal”*, Ministério da Educação, Setembro.

Ministério da Educação (2006), Unidade Portuguesa da rede Eurydice, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, *“Estruturas dos Sistemas de Ensino, Formação Profissional e Educação de Adultos na Europa”*, Portugal

PASCOAL, Augusto (2002); *Evolução do ensino profissionalizante: alguns contributos*, Janus 2002 – Anuário de Relações Exteriores.

SAVATER, Fernando, 2006, *O valor de Educar* (2^o edição), Lisboa, D. Quixote.

SILVA, Júlio Montão; **SILVA**, Augusto Santos; **FONSECA**, José Manuel Postes, (1997) *“Avaliação dos Sistemas das escolas profissionais”*; Colecção Educação para o futuro: Ministério da Educação.